

# “Não vim para o CCB para ser um presidente liquidatário”

**António Lamas** O novo presidente do Centro Cultural de Belém propõe-se reinventar o eixo Belém-Ajuda resolvendo problemas de há 30 anos. Prioridades? Aumentar as receitas do CCB para reconquistar autonomia e abrir os novos Coches

## Entrevista Lucinda Canelas e Vanessa Rato

António Lamas chegou há duas semanas à presidência do Centro Cultural de Belém (CCB) com a missão de reinventar o eixo monumental Belém-Ajuda. Não teria, aliás, aceitado a primeira sem a segunda.

Aos 68 anos, Lamas, que é engenheiro, tem uma longa carreira no serviço público, tendo presidido à Junta Autónoma das Estradas e ao Instituto Português do Património Cultural (IPPC). Agora trocou a Parques de Sintra, que dirigia há oito anos e com a qual lançou uma ambiciosa campanha de reabilitação dos monumentos desta paisagem património mundial, por um gabinete virado para a Praça do Império. Presidir ao CCB depois de em 1987 ter estado ligado à sua criação é “quase uma coincidência astral”, diz, e regressar a Belém, área “brilhante” da cidade que conhece bem – nasceu na Rua da Junqueira –, é uma segunda oportunidade.

**Teria aceitado a presidência do CCB, se não fosse a missão de conceber o novo eixo Belém-Ajuda?**

Não, acho que não. Ainda estou a começar a conhecer o CCB. Tenho a imagem de uma instituição bastante solene. Nunca tive nada a ver com a programação, actividades, gestão, mas tinha uma ideia de um CCB diferente. O que me aliciou e alicia é que, 20 anos depois [27 anos, mais exactamente], os problemas que detectei originalmente na zona ainda estão por resolver. Portanto, não concebia sentar-me aqui, apesar de a vista ser fantástica, se essa ideia não pudesse ser posta de pé.

**Qual é, então, o modelo que propõe para este eixo?**

As pessoas pensam que tenho um plano, um modelo... A experiência da Parques Sintra – sempre o disse – pode ser útil aqui. Em Belém há problemas de natureza urbanística,

coisas que ficaram por resolver do plano inicial. Vou citar duas: a linha de caminho-de-ferro, terrível em termos de cidade; depois o próprio CCB, que nunca acabou.

No programa constava a ideia de um caminho que ligava os Jerónimos à Torre de Belém, com ruas transversais dividindo esta cidadezinha em quarteirões. Sem que isso acabe bem [com a construção do módulo em falta no CCB] o projecto fica muito incompleto – porque as pessoas entram, vêm e voltam para trás, ou seja, o CCB é um beco sem saída e não foi pensado assim.

**Foi pensado para ser atravessado?**

Foi pensado para constituir cidade, com esta ideia de um percurso até à Torre de Belém. Estão lá os terrenos. É um convencimento político que é necessário fazer.

**Mas há 20 anos Portugal estava a viver um período de ascensão económica, neste momento vive o oposto...**

É verdade. E havia uma capacidade muito grande de conciliar vontades, que hoje é das coisas mais difíceis.

**Passaram-se 27 anos. O plano inicial para a zona continua a ser exequível?**

Na altura a situação era diferente. O que acho que é importante para esta zona não é criar mais empresas ou entidades de gestão – é conseguir que estas instituições

**“O CCB tem a missão de estimular as artes, mas isso não se pode ler como ‘produzir’ – não é imediato”**

**“Como é possível faltar dinheiro e haver aqui um museu de graça?”**

se articulem entre si, partilhem recursos, potenciem a capacidade turística da zona.

**Qual será o papel do CCB nesse pólo?**

Juntar estas instituições a dialogar, a partilhar recursos e a terem um propósito conjunto de potenciar os seus valores, o que também pode ser muito bom para o CCB, que tem dificuldades de gestão e atracção de público. Por ser a mais nova das instituições aqui, teria condições muito favoráveis para juntar as peças dispersas numa zona que não evoluiu.

**Seria uma espécie de plataforma giratória?**

Não. Pode ser a entidade com dinâmica e capacidade de resolver alguns problemas. Mas nada se conseguirá não havendo vontade de todas as instituições. O extremo seria pedir um decreto-lei que entregasse a gestão de todas elas ao CCB, como na Parques de Sintra.

**Seria vantajoso?**

Acho que não. Estas instituições estão instaladas. Não tenho ainda um modelo. O que quero é tentar encontrar as soluções para os problemas detectados.

**Mas qual seria a grande vantagem da gestão articulada? Pôr toda a gente a funcionar em conjunto?**

Sim, e valorizar esta zona. Depois, existe a questão da redistribuição e dos investimentos de que a zona precisa. Daqui [do gabinete] vejo milhares de pessoas entrarem nos Jerónimos e ali [no Museu Nacional de Arqueologia] ninguém. Há aqui uma anomalia de aproveitamento dos valores da zona.

**António Filipe Pimentel, director do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA)...**

... a Zona de Belém não chega às Janelas Verdes.

**Está, então, de acordo com ele, ao defender que o MNAA não deve fazer parte do seu programa?**

A 100%. Aquilo que defendi em Sintra e defendo aqui é que há perímetros de valores culturais com valências turísticas que são coerentes em várias dimensões de



NUNO FERREIRA SANTOS

gestão conjunta. O MNAA não tem os públicos dos Jerónimos nem do CCB – não faz sentido nenhum. Haver uma gestão integrada faz sentido quando há partilha de serviços e a redistribuição deve ser aplicada nos investimentos necessários nesse perímetro. Houve um artigo muito crítico no PÚBLICO a dizer que a redistribuição devia continuar a ser nacional. Não vejo porquê. Há zonas com características especiais. Defendi que Belém e Évora seriam ótimos locais onde experimentar a gestão integrada. **Retirar essas receitas do bolo geral vai esvaziar muito a bolsa da Direcção-Geral do Património Cultural [DGPC].** Não sei. Confesso que não sei [quais são os valores]. Já pedi. **Mas sabe certamente que estes são os monumentos mais rentáveis da DGPC.**

Acredito que sejam. Mas o que estou a tentar explicar é que a redistribuição dentro de perímetros é uma coisa óbvia, necessária. A redistribuição entre os Jerónimos e Freixo de Espada à Cinta não faz sentido.

**Isso não implica deixar morrer instituições com menos capacidade de captação de públicos?**

Os monumentos classificados são uma obrigação do Estado. Que sejam conservados é um direito dos cidadãos, mas também um dever. O Estado deve usar o dinheiro dos contribuintes para manter o seu património. Não é defensável ter monumentos que supram essa obrigação nacional. **Mas o Museu Abade Baçal, em Bragança, não tem a mesma capacidade para atrair públicos que os Jerónimos.**

A DGPC não pode ser dependente dos Jerónimos.

Acima de tudo está o património, a sua conservação e fruição. Se nesta zona há património que requer investimentos de conservação, essa é uma questão que tem de ser resolvida. Quando se constrói um novo Museu dos Coches, tem de haver meios para o pôr a funcionar. O próprio Palácio da Ajuda tem que ser reabilitado. Quando se diz: “Ah, mas a DGPC depois não tem dinheiro...” A DGPC não está na primeira linha.

Volto a Sintra: o Palácio da Pena é muito rentável, Queluz não é (e quando digo rentável quero dizer que há um equilíbrio de receitas

e custos de funcionamento). Se não houvesse redistribuição de receitas, nem os investimentos na Pena, nem o restauro do Chalé da Condessa se faziam.

Há necessidade de investir? Não se faça um perímetro que vá até Bragança. Encontrem-se antes soluções de bom senso, com perímetros mais pequenos e mais fáceis de gerir. Se amanhã se disser que já não há aqui nada a fazer de investimento, atingiu-se a tal situação em que se pode alargar o perímetro e chegar às Janelas Verdes.

**Portanto, os visitantes dos Jerónimos vão ajudar a abrir o novo Museu dos Coches.**

Não estou a dizer isso. Não concebo é que os Jerónimos estejam com graves problemas estruturais, apesar de gerarem receitas.

**Seja qual for o modelo, a tutela na gestão desta zona deve ser a Cultura?**

O CCB é 100% Estado. Tudo o que se fizer na zona tem de ser aprovado pela DGPC. O que não quer dizer que seja necessário a Secretaria de Estado da Cultura [SEC] autorizar tudo. Não fazia isso em Sintra. E nunca houve qualquer conflito.

**Está afastada a ideia de criar uma sociedade gestora que funcione de maneira autónoma?**

Existe esta [o CCB], que é uma fundação.

**É? Os estatutos são de fundação, mas o CCB entrou para o perímetro de consolidação da dívida pública.**

Sim, mas isso tem a ver com regras de funcionamento em termos de gestão de receitas e despesas. É uma instituição 100% do Estado e eu fui nomeado pelo secretário de Estado da Cultura.

**Já esclareceu com o secretário de Estado qual é a real situação do CCB?**

Temos esclarecido apenas que, se não se fizer nada, esta é uma situação muito preocupante. Sobre isso não há dúvida.

**Temos de insistir porque não é claro para ninguém: o CCB é ainda uma fundação?**

Não discuti com ninguém, nem com o secretário de Estado, a mudança dos estatutos. A fundação foi reclassificada e não é uma instituição que possa ter as liberdades que tinha em termos de gestão, porque reduziu a cota de

**“Longe de mim pensar que o público dos Jerónimos pode ser chupado para aqui com um aspirador. Mas dou-vos um exemplo: ninguém que vai aos Jerónimos sabe que aqui há espaços maravilhosos sobre o rio para almoçar e que há lojas”**

receitas no seu orçamento abaixo dos 40%.

**Mas a partir do momento em que o CCB entra para a função pública os estatutos de fundação deixam imediatamente de ser válidos, ou não?**

O CCB não entra para a função pública. Não passa a direcção-geral. Não é um problema de administração financeira. É um problema de flexibilidade. Nas regras destes perímetros [de consolidação da dívida pública] há duas limitações: uma a das autorizações de receitas e despesas, outra a da unidade de tesouraria [que obriga a apresentar contas todos os meses]. A Parques de Sintra já tinha unidade de tesouraria. O que aconteceu é que, como tinha receitas superiores a 50% do seu orçamento, pedimos isenção dessa obrigação e foi-nos dada. Não é uma regra taxativa. É uma regra que pode ser aplicada politicamente.

O resto não sei muito bem. Se todos os dias vamos ter de subir à Ajuda para ter uma rubrica? Não sei. Mas a resposta não é sair do sector empresarial do Estado, é conseguir que nos dêem algum tempo para poder subir as receitas e sair de debaixo de água.

**Como?**

Não posso ainda responder. Mas é óbvio que é preciso e que, se não se fizer, toda a missão do CCB pode ser posta em causa.

**Está preocupado com a perda de autonomia.**

Estou, porque, até para poder ser útil a esta zona, é preciso que haja uma instituição que tenha alguma flexibilidade. O CCB deve tê-la.

**Diz que será fundamental para a prossecução da missão do CCB...**

A que está escrita nos estatutos: apoiar as artes, ser uma entidade

promotora da Cultura em todos as suas vertentes. Uma missão que foi evoluindo, ao longo dos tempos...

**Diferentes presidentes têm tido diferentes interpretações de qual é essa missão. Qual é a via que gostaria que o CCB seguisse?**

Ainda com a tal enorme limitação de conhecer mal o CCB, não tenho dúvida de que pode fazer mais em termos de ligação às instituições que já actuam em Lisboa. Não é um museu – podia ser, mas está ocupado com o Museu Berardo. Podia ser um espaço que se abrisse mais às exposições das várias instituições. Já foi. O Centro de Exposições foi pensado como um espaço de exposições temporárias, aberto à cidade e a todos os agentes que quisessem propor bons projectos para aqui. E na música, nomeadamente na ópera e nos concertos, há imensas instituições com as quais o CCB deve fazer parcerias.

**Por exemplo?**

O São Carlos.

**Que tipo de parceria?**

Não sei. Combinei com o director [do Opart] termos uma conversa o mais rapidamente possível. Esta torre [do grande auditório] foi decidida a meio do projecto [de construção do CCB]. O São Carlos não tinha um palco com condições técnicas modernas e pediu para que não fosse feito apenas um anfiteatro com valências de música sinfónica. Isto foi equipado com o que de melhor havia naquela altura, na tal época em que era possível tomar decisões caras e difíceis. Uma parceria com o São Carlos não é óptima, é óbvia. E a Gulbenkian é uma instituição tão importante no domínio da música... O CCB não pode ter os seus projectos musicais sem um diálogo com estas instituições. **A música é apenas uma fatia da programação. Há a dança, o teatro. Ou acha que o foco deve ser a música?**

Não, não. Citei a música por existirem duas instituições muito fortes em Lisboa. Na área da dança é a mesma coisa.

**Não vê, então, o CCB como espaço de produção?**

Não é a ideia que tenho. O CCB tem a missão de estimular as artes, mas isso não se pode ler como “produzir” – não é imediato. **Mas o CCB teve também um papel importante como produtor.**



Não estou a dizer que se deva quebrar essa intenção, nem é o meu modo de actuar. O que acho é que a vocação não é de produtor, é de fomentador. Até agora tem sido muito equilibrado nesse sentido. Melhorar o diálogo com outras grandes instituições é a minha primeira reacção.

**Falemos de diálogo: já conversou com Joe Berardo? O CCB tem tido uma relação tensa com o coleccionador.**

Ainda não. É indispensável ter essa conversa, vou agendá-la o mais rapidamente possível.

**O que acha da autonomia do antigo Centro de Exposições?**

Se tivesse de dispor daquele espaço, não o alienaria a uma única entidade. O programa [do CCB] contemplava uma generosa oferta de espaços expositivos. Neste momento não há, que eu saiba, nenhum que possa albergar uma exposição temporária.

**Há a Garagem Sul...**

É um remedeio.

**A realidade, porém, é que o Museu Berardo tem autonomia. Como vê a articulação com o CCB?**

O que oiço é que existe uma permanente tensão...

**Desde a criação do museu, em 2006.**

Este acordo termina em 2016. É preciso que estes anos, pelo menos até lá, sejam de melhor convívio.

**Mas como idealiza essa relação? Não tem nada em mente?**

Não, a não ser as coisas de que se fala: como é possível faltar dinheiro e haver aqui um museu de graça?

**Discorda da gratuidade?**

Não sei por que se achou que isso era bom para este espaço.

**Joe Berardo explicou ver a sua colecção como uma dádiva aos portugueses.**

Essa singularidade, em tempos de menor disponibilidade financeira, é difícil de defender. É caro para o CCB manter aquele espaço. Não é sustentável. Longe de mim contestar o acordo ou tentar alterá-lo... O acordo está vigente.

**E é renovável. Preferia que não fosse? Disse há pouco “pelo menos” até 2016...**

Não sei. Não tenho uma ideia feita.

**Quanto custa por ano ao CCB manter aquele espaço?**

Mais de um milhão de euros [1,2 milhões estimados para 2014]. Segurança, ar condicionado, electricidade... E, depois, [o



António Lamas chegou há duas semanas ao Centro Cultural de Belém

museu] recebe dinheiro da própria Cultura. Não é sustentável.

**Custa-lhe, portanto, esta gratuidade, quando o CCB perdeu receitas e custa-lhe ter abdicado de um grande espaço de exposições temporárias?**

O programa [do CCB] com uma galeria de exposições temporárias foi muito batalhado por mim. Não posso ser neutro nessa matéria.

**O Museu Berardo tem exposições temporárias.**

Mas com base na colecção.

**E em empréstimos. Ou seja, argumentar que o Museu Berardo impede o CCB de ter exposições temporárias não colhe a 100%, porque o próprio museu organiza essas exposições. Não faltará antes articulação entre as duas instituições?**

**“[A prioridade é] o museu dos Coches. Abri-lo. Nada se compreenderá no que toca a pensar ou planear a fruição integrada da zona com aquilo fechado”**

Não tinha a ideia de que eles tinham a incumbência de manter um programa de exposições temporárias.

**Não é uma incumbência – é a maneira como organizam a programação. Mas dificilmente poderiam fazer uma grande exposição do século XIX, porque é mais difícil estabelecer uma relação com a colecção... Depende também da visão que se tem da missão do CCB, mais historicista, mais contemporânea...**

A maior das exposições que aqui esteve, uma das primeiras, foi *O Triunfo do Barroco* e essa exposição de grande fôlego era histórica. Depois não sei o que houve mais...

**Enquanto Delfim Sardo assumiu a programação, por exemplo, o Centro de Exposições tornou-se num dos espaços mais arrojados da cidade. Tem havido diferentes perspectivas. Qual é a sua?**

A minha é que não deve haver uma vocação fixa. E não se deve também fazer coisas que não tenham articulação com outras instituições.

**A falta de um espaço de exposições temporárias não poderia ser resolvido com a construção do módulo que falta?**

Claro que sim. Mas não foi pensado

para isso.

**Foi pensado para o hotel...**

Como uma rua de cidade, que trouxesse, à noite, vida a esta zona, que não tem. Um cinema, lojas e até uma estação de correios, a pedido dos CTT.

**É claro se, neste momento, vos é legalmente permitido construí-lo, tendo em conta a inclusão do CCB no perímetro de consolidação orçamental?**

Não faço ideia. Não. A única coisa que sei é que os terrenos estão afectos ao CCB.

**E já sabem se poderão continuar a alugar lojas e salas?**

Não sei. Se as limitações forem todas nesse sentido, o próprio CCB não pode sobreviver. Aí não tenho qualquer dúvida. [Mas] não acredito que o CCB possa deixar de fazer bom uso destes espaços, que são propriedade do Estado. Teria outra instituição pública de tomar conta deles e essa instituição não existe na Cultura.

**Assistiu-se a uma situação semelhante de falta de autonomia na Cinemateca Portuguesa, ao ponto de não conseguir imprimir os seus programas...**

Estão a vaticinar-me uma desistência, mas eu não desisto. Não, estamos só a perguntar se já discutiu uma excepção à lei? É meu propósito apresentá-la com a maior veemência e pressa

possível [à tutela]. Não é possível ter esta máquina e depois ela não poder desempenhar nenhuma das suas funções. É uma questão política. A excepção é política. Quando o secretário de Estado me nomeou, não foi para ser comissão liquidatária, com certeza.

**Mas teme-se, de facto, que o CCB passe a ser entendido como a residência da administração do pólo Belém-Ajuda e não como espaço de programação cultural.**

Não vim para ser presidente liquidatário.

**Preocupa-o a perda de identidade própria de cada equipamento?**

É um falso receio. Ninguém pode imaginar que a Arqueologia deixe de ser Arqueologia. As pessoas têm de perceber que a independência que têm é pequenina. Não têm capacidade de gerir as suas receitas, não têm estímulo nenhum a que elas sejam melhores. O que as pode satisfazer é dizer “Sou director” ou “Sou pobre, mas independente”.

Mas acredito que estas coisas não se conquistam só por dialéctica. Tenho de ter a criatividade de encontrar propostas que as pessoas vejam que são úteis. Vou citar uma coisa que me motiva: estamos a aproximar-nos de um novo quadro comunitário de apoio. Esta zona precisa de ser candidata, nas suas várias necessidades, a um projecto integrado. Esse projecto pode vir a adoçar essas dificuldades.

**Qual é o problema mais urgente de resolver em termos urbanos?**

O mais urgente é fazer uma coesão espacial desde o museu novo até à Torre de Belém e resolver essas questões dos cortes na circulação, na sinalética, no conhecimento do que a zona oferece.

**Quem entra nos Jerónimos não sabe que há um museu de Etnologia mais acima?**

Não, não sabe. A tal independência faz com que cada um olhe por si.

**E o que é que o CCB tem a ganhar?**

Identifiquei um [benefício] – o novo desígnio desta instituição. Esta [nova] missão mobilizará todo o CCB.

**O CCB está apenas interessado em participar de um bolo de receitas ou deve captar os públicos dos outros espaços? E como é que isso se faz?**

Longe de mim pensar que o público dos Jerónimos pode

## É uma “ótima notícia” para a revitalização do eixo Belém-Ajuda, diz António Lamas

ser chupado para aqui com um aspirador. Mas dou-vos um exemplo: ninguém que vai aos Jerónimos sabe que aqui há espaços maravilhosos sobre o rio para almoçar e que há lojas.

**Portanto, a programação segue o seu rumo...**

O CCB tem de procurar mais receitas, é claríssimo. Se provêm da modificação do programa de actividades ou da capacidade de atrair os milhões de visitantes da zona... Não estou a excluir nada. É preciso as duas perspectivas.

**Há dois equipamentos modernos nesta grande área: CCB e Coches. Voltamos a perguntar: qual é a sua prioridade?**

O Museu dos Coches. Abri-lo. Nada se compreenderá no que toca a pensar ou planear a fruição integrada da zona com aquilo fechado. Os estrangeiros não percebem porque está ali uma coisa branca, fechada. E acho que é malsão que os portugueses se vão habituando a que se possa fazer realizações e, de repente, desistir delas. Ou se faz uma demolição, ou se abre. Eu acho que é preciso abrir. O museu fechado está a deteriorar-se a uma velocidade brutal.

**Já tem problemas de conservação?**

Nas coberturas, pelo menos, sei que tem. Está a ter gastos de conservação e a deteriorar-se. Não pode estar assim.

**O secretário de Estado diz que os novos Coches precisam de ter um milhão de visitantes por ano para serem sustentáveis. Os velhos Coches fazem hoje 190 mil. Um milhão parece-lhe realista?**

Não sei dizer. Não sei se é o número necessário ou realista. Se é possível? De um dia para o outro não, mas num prazo de alguns anos é com certeza. Quando recebemos a Pena, tinha umas poucas centenas de milhares e, neste momento, está a atingir os 900 mil visitantes pagos.

**Imaginou que todos os problemas que originalmente identificou se manteriam passados mais de 20 anos?**

Não. A tristeza da cidade cortada do rio nesta zona, a mais brilhante de Lisboa, do país... Cada vez mais esta [linha do comboio] é uma barreira terrível. E é uma das questões urbanísticas que têm de motivar os portugueses.

### Alexandra Prado Coelho

O projecto de remate da fachada inacabada do Palácio da Ajuda, em Lisboa, vai finalmente avançar, disse a Secretaria de Estado da Cultura (SEC) ao *Expresso*.

Para António Lamas, trata-se de uma “ótima notícia”, porque, na sua opinião, esse é um dos elementos fundamentais para a revitalização do eixo Belém-Ajuda.

O PÚBLICO contactou o gabinete do secretário de Estado, Jorge Barreto Xavier, para saber quem é o arquitecto responsável pelo projecto e quando é que está previsto que as obras tenham início, mas não obteve respostas em tempo útil até ao fecho desta edição. Segundo o *Expresso*, Barreto Xavier pretende utilizar os 4,4 milhões de euros do seguro das jóias da Coroa, roubadas em 2002 quando saíram de Portugal para uma exposição na Holanda.

Em 2008, o Estado português recebeu da seguradora uma indemnização no valor de 6 milhões de euros – valor parcialmente usado para, em 2007, comprar, por 1,5 milhões, um quadro do pintor veneziano Giovanni Tiepolo. Está também prevista a instalação no palácio das restantes jóias da Coroa portuguesa, para que possam ser vistas pelo público.

Já em Agosto de 2012, o então director-geral do Património, Elísio Summavielle, anunciara ao PÚBLICO que o remate da ala poente do palácio iria acontecer durante o ano de 2013. A proposta arquitectónica então em cima da mesa tinha a assinatura do arquitecto Vasco Massapina, entretanto falecido, e era bastante menos ambiciosa do que as duas anteriores, a de Gonçalo Byrne (apresentada nos anos 90) e da de João Carlos Santos (de 2011).

Na altura, Summavielle explicou que o projecto de Massapina não previa a “conclusão do palácio”, ao contrário das outras duas. “O que pedimos a Massapina foi que desenhasse algo minimal, que assumisse o inacabado e que consolidasse a ruína, absolutamente caótica do ponto de vista visual.” Estava ainda prevista a consolidação da fachada nascente, a conservação da caixilharia, a intervenção no torreão sul, a revisão das coberturas e ainda trabalhos nas co-

zinhas, que tinham sido encerradas em Abril de 2012 por falta de condições. Quando Summavielle, e o então secretário de Estado, Francisco José Viegas, deixaram os cargos, em Outubro desse ano, o projecto, no valor de meio milhão de euros, estava pronto e esperava apenas a luz verde do Ministério das Finanças.

O projecto inicial, do arquitecto Gonçalo Byrne, tinha sido encomendado nos anos 1990 por António Lamas, que sobre ele diz agora ao PÚBLICO: “Era um projecto lindíssimo. Problemas? As barracas da Guarda Nacional Republicana, a própria Calçada da Ajuda... Toda aquela zona nos foi imposta pelos franceses. Pa-



Fachada do Palácio da Ajuda

rou tudo com as Invasões Francesas. Durante 14 anos foram-se construindo barracas: para os operários, para os criados que ficaram... Toda a fragmentação daquela zona da Ajuda se dá quando a corte está no Brasil. O D. João VI ainda pediu desenhos e tomou decisões a partir do Brasil, mas aquilo já não teve efeito nenhum. E assim ficou. Depois, desde os anos 1960 houve tentativas de remate do palácio. Na altura contei seis projectos, até o arquitecto Raul Lino tentou.” O projecto de Byrne já incluía a ideia de um museu da ourivesaria, onde a grande estrela seriam as jóias da Coroa. **com Lucinda Canelas e Vanessa Rato**

### casa da música

**PETER RUNDEL**

direcção musical

**YEREE SUH**

SOPRANO

**MEI YI FOO**

PIANO

CANÇÕES DO

# ORIENTE



remix  
ensemble  
casa da música

**18 NOV**

TERÇA 19.30 Sala Suggia | €11 / CARTÃO AMIGO €8,25  
PORTRAIT UNSUK CHIN V

obras de  
**CHAGAS ROSA\***  
**DAI FUJIKURA\*\***  
**TAN DUN\*\***  
**UNSU CHIN\*\***

\*estreia mundial

\*\*estreia em Portugal



SEJA UM DOS PRIMEIROS A APRESENTAR HOJE ESTE JORNAL COMPLETO NA CASA DA MÚSICA E GANHE UM CONVITE DUPLO PARA ESTE CONCERTO. CONDICIONADA À DISPONIBILIDADE DA SALA, A OFERTA É LIMITADA AOS PRIMEIROS 10 LEITORES E VÁLIDA APENAS PARA UM CONVITE POR JORNAL E POR LEITOR. OBRIGATORIA A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO NO ACTO DO LEVANTAMENTO.

PUBLICIDADE

www.cbmdmusa.com • T 220 320 220